

A rainha que ri

Margrethe 2ª da Dinamarca vai embora em 14 de janeiro

Elio Gaspari

Journalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encoberta"

Num tempo de celebridades pasteurizadas e poucas rainhas que riem, Margrethe 2ª da Dinamarca, com 83 anos nas costas e 53 de reinado, anunciou que no dia 14 entregará o trono ao seu filho Frederik, de 35 anos. Como a mãe, ele também ri.

Para quem acompanha a casa real inglesa, com suas rainhas circunspetras, reis tristes e espirais de maledicências, o sorriso dessa rainha era um bálsamo. Dentada, Margrethe ri desde criança. Ela

tem o sorriso no rosto e uma certa alegria na alma. Enquanto os ingleses fazem das crises de sua monarquia uma atração cultural, as reações nórdicas sabem ficar longe dos holofotes.

Numa época em que grifes cultivam celebridades e celebridades cultivam grifes, Margrethe desenha suas próprias roupas. Octogenária, mantém um estilo "que se danem". Com cores vivas e acessórios pesados, ecoa destaques de esco-

las de samba. Talvez por isso ela tenha sido convidada para desenhar cenários e figurinos para o filme "Ehrengråd, a Ninfa do Lago", da Netflix. A Dinamarca é um país frio, plano e igualitário. Tem o tamanho do estado do Rio e um terço da sua população. A renda per capita é nove vezes maior que a dos brasileiros. Margrethe foi sua segunda rainha depois de 500 anos, e a Constituição teve que ser emendada para que assumisse.

As monarquias nórdicas deram ao mundo Cristina da Suécia (1946-1982) e, no seu estilo, Margrethe da Dinamarca. Tendo passado por três universidades, correu o mundo. Esteve no Brasil duas vezes e tomou um café da manhã com Lula no palácio dela. Fala sua língua, mais o alemão, o francês e o inglês. Reinou sem escândalos, mesmo tendo aturado uma crise copulosa de eliminação séria do tipo "The Crown". Margrethe conheceu o mari-

do, um diplomata francês bem-
"apessado, quando estudava na London School of Economics. Casaram-se em 1967 e lá tudo bem até que ela subiu ao trono.

Come príncipe consorte, Henryk incomodava-se com seu papel secundário e tornou-se um cidadão profissional até que, em 2017, deu uma entrevista reclamando: "Minha mulher decidiu gostar de ser rainha, mas, como uma pessoa, ela deveria saber que, se um homem e uma mulher estão casados, eles são iguais".

Estava enganado, mas ela tirava de letra: "Ele é um crítico inestimável".

A fúria da príncipe chegou ao auge quando ele revelou que não queria ser sepultado ao lado dela. Problema dele, que passou a viver longe de períodos no seu vinhedo francês.

Henryk morreu em 2018, na Dinamarca, e Margrethe atendeu seu desejo. Teu teu! O funeral de rei, decretou luto de um mês e cremou-o. Suas cinzas foram espalhadas no mar e no jardim do palácio.

Em setembro passado, Margrethe surpreendeu a Dinamarca cortando os títulos de quatro dos seus oito netos, "para que eles possam cuidar de suas vidas". (Um deles havia sido modelo num desfile da casa Dior e não gostou.) A rainha desculpou-se, mas cortava à metele dos príncipes, pensando no "futuro da monarquia".

Quem acompanha as tramplagens do príncipe inglês Andrew se possível sobre o príncipe Harry entendeu do que ela estava falando.

Uma mulher que demarcou seu espaço e usou/ou comalegraria sua identidade.

JOOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SDO. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli



Simone Tebet (MDB), hoje ministra de Lula, durante campanha em 2022 com o prefeito Ricardo Nunes (MDB) em 11 set. 22

Frente de Lula se divide entre Boulos, Nunes e Tabata em SP

Atuação de padrinhos na eleição expõe risco de conflitos na base do presidente

Joelmir Tavares

SÃO PAULO A já precipitada de composição da frente que elega o presidente Lula (PT) ficará evidente na eleição municipal de 2024 em São Paulo, com personagens centrais se dividindo entre os palanques de Guilherme Boulos (PSOL), Tabata Amaral (PSB) e Ricardo Nunes (MDB).

O quadro tem inspirado cautela e preocupação tanto entre os pré-candidatos a seus equipes quanto no governo federal. A situação é tão delicada que deve opor Lula ao vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), figura-símbolo da ideia de frente ampla em torno do petista para derrotar Jair Bolsonaro (PL).

Há esforços para que a disputa local entre apoiadores de Lula, que se repetirá em outras cidades, não respingue na hiperfragilizada articulação política do governo no Congresso nem crie tensões que comprometam o entendimento na Esplanada dos Ministérios e entre partidos aliados.

Filador da candidatura de Boulos, Lula se envolveu nas costuras em prol do deputado federal e iniciou sua participação direta na campanha ao comparecer a um evento do governo federal na cidade, em dezembro, feito sob medida para alavancar o pupilo.

O petista, apoiado pelo PT em uma inequívoca renúncia à cabeça de chapa na capital paulista, deverá contar com o suporte de quadros petistas de peso, como os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais), além de Marina Silva (Meio Ambiente), da alçada Rede.

Alckmin se posicionou em defesa de Tabata, o que tem sido tratado com naturalidade de em público, mas motiva queixas e pressões nos bastidores. O próprio Lula demonstrou desconforto com a participação do vice na campanha local, por ver como negativa a separação da dupla

entre dois projetos.

Em outubro, Alckmin chamou a correligionária de "a novidade, a mudança, a ver dadeira mudança", durante discurso em um encontro do PSB na cidade.

A deputada, que apoiou Lula para evitar Bolsonaro e busca se diferenciar ideologicamente de PT e PSOL, atua para barrar rumores sobre uma eventual desistência, assim como desmentiu seguidas vezes a hipótese de aceitar a vice de Boulos —o que, por acordo, caberia ao partido de Lula.

Ela também tem como peça central em sua campanha o ministro Márcio França (Empreendedorismo e Microempresas), homem forte do PSB no estado. O ex-governador atuou na filiação do apresentador José Luiz Datena, cotado para ser vice de Tabata.

A parlamentar passou a mencionar o apoio dos líderes partidários para dissipar as suspeitas sobre sua candidatura. Ela também espera contar em seu palanque com a presença de Flávio Dino (Justiça), que deixará o governo para assumir uma cadeira no STF (Supremo Tribunal Federal).

Apesar de estar em campo oposto ao de Boulos e Tabata —e ser oposição a Lula—, Nunes está indiretamente na órbita governista porque seu partido compõe a base e tem três ministros.

A emedebista Simone Tebet (Planejamento) foi considerada peça central para o simbolismo da frente ampla almejada pelos entusiastas de Lula em 2022. A ex-senadora, que concorreu à Presidência no primeiro turno vocalizando críticas inclusive ao petista, declarou apoio a ele contra Bolsonaro.

Tebet é tida por Nunes como um reforço na campanha à reeleição, mas sua presença e o nível de engajamento ainda são dúvidas. A eventual adesão de Bolsonaro ao emedebista deve ser empacelada para uma participação mais efetiva da ministra, que considerou o ex-presidente um risco à democracia.

Em meio ao avanço das movimentações do prefeito para conseguir o apoio de Bolsonaro, ela disse ao Pánel em agosto que Nunes "não é um extremista, é um democrata" e pegou unido contra "o extremismo de direita". Procurada via assessoria, Tebet não voltou a comentar o assunto.

O prefeito também se mostra confiante em gestos dos demais ministros do partido, Jader Filho (Cidades) e Renan Filho (Transportes).

Os ministros da MDB evidentemente vão estar me apoiando", disse Nunes à Folha. "Não tem nenhuma forma de não acontecer isso. A eleição da capital é a mais importante do MDB. Um sinal da prioridade foi a escolha do presidente nacional da legenda, Balaia Rossi, para ser o coordenador da campanha.

Uma prévia das saias justas que virão pela frente ocorreu na cerimônia que marcou a estreia de Lula na série de agências que ele incumbiu o governo federal de realizar na cidade para promover Boulos. O intuito é articular a imagem do

pré-candidato a realizações da gestão petista.

Jader Filho estava no mesmo palco que os dois na assinatura do contrato para a construção de um empreendimento do Minha Casa, Minha Vida —evento em dezembro que ganhou ares de ato de campanha. Como não houve pedido de voto, foi evitado maior constrangimento.

Lula fez um apelo, na última reunião ministerial do ano, para que partidos aliados evitem ao máximo enfrentamentos nas cidades. Falando especificamente da questão com Alckmin, o petista disse ser necessário evitar problemas.

O PSB se apressou em retirar apoio aos planos de Tabata. Com o discurso de que é legítimo Tabata lançar candidatura, Boulos tem fugido de embates com ela e deixado sem resposta críticas da adversária, algumas delas consideradas duras. Aliados do petista vislumbram um apoio dela caso ele chegue ao segundo turno contra alguém da direita.

Para o cientista político Leandro Machado, a fragmentação era previsível porque a "frente não tão ampla", como define a coalizão em torno de Lula, nasceu com um caráter momentâneo e isso ficou explícito na montagem do governo, com uma distribuição mal ajustada de poderes e cargos.

O especialista lembra que eleições municipais têm características próprias, com debate mais voltado a problemas locais, e nem sempre refletem composições nacionais. Machado especula, por exemplo, que a crise entre PT e PSB em São Paulo não significa que os dois partidos estarão separados em 2024.

O presidente municipal do PT, Laércio Ribeiro, diz que "o PSB tem direito de colocar seu projeto num primeiro turno para debater, para testar" e nega desconforto com a sigla de Alckmin.

"Num segundo turno, se nós estivermos lá [com Boulos], e eu tenho segurança de que vamos estar, vamos ter condição de fazer uma aproximação com o PSB e com outros setores", afirma o dirigente, que coordena a pré-campanha ao lado de Josué Rocha, indicado pelo PSOL.

Lula sanciona LDO com recorde de R\$ 4,9 bi de fundo para eleições municipais deste ano

Matheus Teixeira

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias nesta terça-feira (3) com uma previsão de R\$ 4,9 bilhões para o fundo eleitoral. A verba será destinada aos partidos para as eleições municipais.

Esse valor é um recorde para as eleições municipais —em valores corrigidos, o dobro do último pleito para prefeitos e vereadores, em 2020.

O presidente havia colocado no projeto do Orçamento de 2024 uma previsão de R\$ 500 milhões para financiar as campanhas eleitorais.

Essa proposta partiu do Ministério da Fazenda, comandado por Fernando Haddad (PT), que é contra um valor muito elevado para o fundo.

A reserva do montante para as eleições de 2024 também está prevista na Lei Orçamentária Anual, aprovada no fim de 2023. Como mostrou a Fo-

lha, a cúpula da Câmara articulou para que o relatório do Orçamento previesse o valor de R\$ 4,9 bilhões —mesmo patamar do fundo das eleições nacionais de 2022.

Até 2015, grandes empresas, como bancos e empreiteiras, eram as principais responsáveis pelo financiamento dos

candidatos. Naquele ano, o STF (Supremo Tribunal Federal) proibiu a doação empresarial sob o argumento de que o poder econômico desequilibrava o jogo democrático.

Apartir das eleições de 2008, foi então criado o fundo eleitoral, que usa dinheiro público para bancar as atividades de campanha dos candidatos.

O valor destinado às campanhas se tornou alvo de divergência entre Câmara e Senado. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG),

defendia o fundo de R\$ 2,6 bilhões, mas não conseguiu apoio suficiente. Ele criticou a ampliação deste gasto.

"O valor de R\$ 5 bilhões é o início do fim do financiamento público. Ano que vem, nós estaremos a discutir o retorno do financiamento de pessoas jurídicas em campanhas eleitorais. Eu não tenho dúvidas disso", disse Pacheco.

O montante aprovado expande o poder dos dirigentes partidários, que decidem a destinação da verba.